

O HOMEM DEIXOU DE SER A MEDIDA DAS COISAS: O MOVIMENTO DO QUEBRA-QUILOS NA PARAÍBA (1874-1875)

Matheus Silveira

Guimarães

Aluno da Graduação de História da UFPB
(matheussguimaraes@yahoo.com.br)

“O homem é a medida de todas as coisas”. Essa era uma tese defendida pelos sofistas, personagens bastante conhecidos no período clássico da Grécia pela capacidade da retórica. Porém, os poderosos brasileiros da segunda metade do século XIX parecem não ter entendido a idéia. As condições de vida dos trabalhadores livres, ao menos do interior das províncias do Norte do Brasil, não se apresentavam dignas, mostrando que os homens não eram mais a medida das coisas. O movimento Quebra-quilos surgiu exatamente como reação a esse descaso do governo do Brasil.

Entre o mês de outubro e novembro do ano de 1874, na vila de Fagundes, interior da província da Paraíba, um homem chamado João Carga D'água se revoltou contra a mudança do sistema de pesos e medidas e o aumento do denominado “imposto de chão”, dando início a um movimento de revolta que logo irá se espalhar pelas regiões vizinhas e ficará conhecido como Quebra-quilos. O motivo do nome do movimento foi este: o governo imperial decretou no ano de 1862 a mudança do sistema de pesos e medidas. A lei que determinava tal mudança adotava agora o sistema utilizado na França, o sistema métrico decimal. A transição deveria ser feita lentamente, de forma que a população se adaptasse. A nova lei entraria em vigor dez anos depois, em 1872. Nesse ínterim, a população seria preparada para a mudança, as escolas ensinariam a população o novo sistema, haveria uma propagação da nova forma etc. Mas não foi isso o que aconteceu.

Em 1874, a mudança chegou à Paraíba, sem aviso prévio à população, deixando-a surpresa com a novidade. As pessoas ao chegarem às feiras e perceberem que as medidas eram todas diferentes e que aquele vendedor que fosse pego usando o antigo sistema seria punido, ficaram indignadas. Por não conhecerem o novo sistema, acreditavam que estavam sendo roubadas, enganadas:

Nas feiras da Parahyba, estes novos padrões começaram a aparecer em meados de 1874, havendo a substituição das cuias, canadas, côvados, palmos, arrobas, onças, comumente usados pelos feirantes por litros, metros e quilos, que a maioria não entendia direito como funcionava (SÁ, 2005, p.109)

Em resposta, a população que tinha se sentido prejudicada quebrava os equipamentos que tivessem as novas medidas. Mas a questão não foi só essa. O que faria com que uma população sem instrução, sem uma ideologia e sem um grande líder, se organizasse e fosse

contra o Estado que no caso se apresentava na decisão de mudança do sistema de pesos e medidas? Para que melhor se compreenda a situação, faz-se necessário recuar um pouco mais no tempo e entender as condições sociais e econômicas da região.

Durante todo o período colonial, a força de trabalho escrava africana foi amplamente explorada. A partir da metade do Século XIX, porém, algumas coisas mudaram e teve início um processo que culminou no fim do trabalho escravo. Todavia, esse processo não ocorreu de forma rápida, muito menos de maneira homogênea em todo o Brasil. Em 1850, foi promulgada a lei que proibia o tráfico negreiro de escravos para o país, a chamada Lei Eusébio Queiroz.

O tráfico negreiro de escravos há muito estava questionado. Mesmo antes da independência do Brasil. Porém, como a escravidão era a base da economia do país, foi grande a resistência. No entanto, diversos fatores levaram ao fim da atividade. Além da questão econômica – pois a Inglaterra, grande potência industrial, não via na escravidão vantagem alguma para seu mercado e devido a isso, começou a pressionar os outros países a acabarem com essa atividade – havia a questão moral, pois o Brasil foi um dos últimos países a decretar o fim da escravidão e ainda o fato dos traficantes de escravos estarem tomando grande força econômica e incomodando os grandes proprietários compradores de escravos:

Os traficantes tinham se tornado uma potência financeira e, apesar do desprestígio social que os cercava, faziam sombra com seu dinheiro às classes de maior expressão política e social no país: os fazendeiros e proprietários rurais, em regra seus devedores pelo fornecimento de escravos. Os atritos entre essas categorias se tomavam assim freqüentes, e os últimos, apesar do interesse que tinham no tráfico, já começavam a olhar com menos simpatia para um negócio que enriquecendo desmesuradamente seus adversários e credores, deixava-os na penumbra e na dependência de indivíduos que desprezavam (PRADO JÚNIOR, 1998, p.152).

Com o decreto da Lei Eusébio Queiroz, a maior fonte de abastecimento de escravos foi cortada. Além desta, outras duas leis foram marcantes nesse processo: a de 1871, lei do Ventre Livre, que libertava todos os filhos de escravos nascidos após aquela data e permitia a alforria – compra da liberdade do cativo; e a de 1885, a lei Saraiva-Cotegipe, que libertava todos os escravos que tivessem mais de 60 anos, comprovando que esse processo de transição ocorreu de forma gradual. Exatamente nesse mesmo período, dois fatos marcaram a transição do trabalho escravo para o livre: o declínio da produção do açúcar no Norte e o crescimento da cafeicultura no Sul do Brasil.

O desenvolvimento da produção do café no Sul fez aumentar a necessidade da mão-de-obra escrava para a atividade, todavia, a entrada de escravos negros tinha sido interrompida com o fim do tráfico negreiro. O Norte do Brasil passava por uma grave crise econômica que levou a baixa na produção açucareira da região. Logo, essa mão-de-obra era de certa forma excedente no Norte. Os senhores de engenhos estavam endividados, viram na venda de escravos para o Sul uma forma de obter lucros: “O agravamento da crise levava os

proprietários rurais a utilizarem empréstimos com altas taxas de juros para saldar seus compromissos. A descapitalização destes senhores obrigava-os a se desfazerem de parte de seus escravos vendendo-os para o Sul” (MEDEIROS; SÁ, 1999, p.103). Houve, assim, uma troca de interesses. Os grandes proprietários do Sul necessitavam de escravos, os do Norte necessitavam, por sua vez, de dinheiro. Desta forma o tráfico interprovincial de escravos tornou-se uma atividade muito intensa a partir de meados do Século XIX.

Começa-se a observar com isso uma grande diminuição no número de escravos no Norte. Ademais, as secas fortes e freqüentes e graves doenças que se propagaram na Paraíba colaboraram na diminuição do número de cativos. A pequena quantidade de escravos no Norte fez surgir nos grandes proprietários e produtores a necessidade de utilizar o trabalhador livre em suas lavouras. Isso porque, por mais que tenha havido crise, continuou existindo produção e para isso era necessária mão-de-obra. Além dessas questões de ordem econômica, houve o fato de o movimento abolicionista ter se desenvolvido na região e obtido um considerável sucesso. Dessa forma, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Norte ocorreu de uma maneira um pouco mais acelerada.

No início, os grandes proprietários de terra tentaram atrair trabalhadores livres estrangeiros. No entanto, algumas dificuldades acabaram por inibir a vinda destes como, por exemplo, o não incentivo do Estado, dificuldades econômicas para atrair os estrangeiros – pois para que isso fosse possível os grandes proprietários necessitavam desembolsar uma grande quantia – e, por fim, a não adaptação ao clima por parte dos estrangeiros. Diante de tudo isso, os grandes proprietários viram nos trabalhadores nacionais a solução para o problema.

Já existiam trabalhadores livres no Brasil, porém, o trabalho livre não era a relação de trabalho majoritária. Os trabalhadores livres, em sua maioria, eram pobres e excluídos da sociedade: “Em uma sociedade em que a base produtiva era determinada pela escravidão, o homem livre, que não possuía terra ou escravos, estava destinado a ficar à sua margem” (SÁ, 2005, p.57). A crise do sistema escravista no Norte do Brasil fez aumentar no número de trabalhadores livres na região.

A província da Paraíba, por sua vez, não ficou à margem desse processo. Muito pelo contrário. Como em boa parte da região Norte, o declínio do sistema escravista na Paraíba ocorreu de maneira um pouco mais acelerada do que no restante do Brasil. Além do mais, o número de escravos na província da Paraíba não era tão grande em relação a outras províncias como Pernambuco. Inclusive, muito dos escravos que viviam na Paraíba vinham da província de vizinha.

Os grandes produtores do Norte ao verem o trabalho livre começando a se fortalecer, começaram a cobrar uma legislação que controlasse essa nova mão-de-obra de forma que eles não perdessem o poder e ficasse no comando da situação. A legislação que previa agora o

trabalho livre estava sempre a favor dos grandes proprietários de terra: “Fazia-se necessário, portanto, uma lei que viabilizasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre de forma que o controle ficasse nas mãos dos proprietários rurais.” (SÁ, 2005, p.61).

Todavia, mesmo com essa mudança nas relações de trabalho, a situação econômica e social da população não se alterou muito. E isso era de se esperar. Os grandes proprietários de terra do Norte buscaram utilizar essa relação de trabalho mais por uma necessidade do que por convicções ideológicas. Sendo assim, o objetivo continua o mesmo: obter vantagens econômicas e para isso parecia óbvio aos grandes proprietários de terra explorar o trabalho, de escravos, ou de trabalhadores livres. Em síntese:

A abolição da escravatura não modificou de pronto a realidade social do negro que acabava de emergir da senzala. Criou outra espécie de escravidão, a do eito, que sugava o suor do miserável, de sol a sol, a troco de um salário que mal chegava para matar a fome. (ALMEIDA, H., 1979, p. 202-203)

Sendo essa parcela da sociedade – os trabalhadores livres pobres – altamente explorada, as tensões sociais tornar-se-iam constantes. O movimento Quebra-quilos foi um desses movimentos promovidos por pessoas pobres, vítimas da exploração. No entanto, além dessa questão da exploração do trabalho livre, outros fatores acabaram por deixar o cenário social da Paraíba propício às revoltas populares.

O sertão da Paraíba – como de todo o atual Nordeste – sempre sofreu com as secas, trazendo pobreza à população. Esse fenômeno climatológico, segundo José Américo de Almeida, foi o grande responsável pelo subdesenvolvimento da região: “As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica” (ALMEIDA, J., 1994, p.157).

A história desse fenômeno na Paraíba é longa. O primeiro registro oficial de uma grande seca data do final do século XVII e desde então a seca é protagonista na história da Paraíba. Como se não bastassem essas grandes secas assolarem a vidas dos paraibanos, havia ainda os repiquetes que não eram secas propriamente ditas, mas eram marcadas pela escassez de chuva e causava muitos prejuízos, sendo também muito constantes. Tais secas traziam não só a fome como também eram acompanhadas por grandes epidemias que causavam alto número de mortes entre a população e destruía boa parte da produção.

Dentre todas as secas, uma das mais cruéis e fortes foi a de 1844-46. Esta marcaria a economia da Paraíba que, depois dela, passou por graves crises. Sobre tal seca, o escritor Horácio de Almeida explica com sendo:

Uma desgraça para todo o sertão. O povo morre de fome, os rebanhos se aniquilam, a miséria e a ruína invadem os lares, nivelando todo o mundo no

mesmo grau de degradação humana. A vida se torna um fardo pesado demais para ser carregado pelos míseros retirantes. (ALMEIDA, H., 1980, p.82)

Além de todas as secas, a Paraíba durante o século XIX foi marcada por uma série de doenças contagiosas: varíola, cólera morbo, febre amarela, desintéria etc. Essas doenças foram responsáveis por um grande número de mortes na província. As condições de higiene pública eram precárias e a pobreza assolava a população. A medicina não era desenvolvida e os médicos eram poucos. Tudo isso fez com que essas doenças se espalhassem rápida e facilmente por grande parte da Paraíba. Horácio de Almeida descreve bem as conseqüências dessas epidemias na província: “Entre 25 de fevereiro e 1 de abril, 35 dias, matou acima de 30.000 pessoas numa população que orçava por 200.000 almas” (ALMEIDA, H., 1979, p.150).

Entre 1755 e 1799, a Paraíba esteve subordinada a província de Pernambuco através da chamada Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. Esse período marcará negativamente a economia paraibana, provocando conseqüências durante o Século XIX.

No Século XVIII, em Portugal, ascendeu o famoso Marquês de Pombal que exercia funções de Primeiro-Ministro. Diante do anacronismo do Império português, o Marquês promoveu uma série de reformas – as chamadas reformas pombalinas – numa tentativa de modernizar Portugal e suas colônias. Dentre várias mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal, uma marcou bastante a história da Paraíba: a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba.

As Companhias de Comércio eram instituições do Estado que monopolizavam as atividades comerciais. Com a criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, esta província foi subordinada àquela, devido a maior força econômica da província de Pernambuco. Em outras palavras, toda a arrecadação da província da Paraíba era transferida à sua vizinha. Isso prejudicou muito a econômica da Paraíba. Porque na busca por lucros – objetivo principal da Companhia de Comércio – e estímulos para a produção, acabou por causar danos à economia da Paraíba, pois o Estado cedia empréstimos a juros altíssimos fazendo com que os produtores não conseguissem pagar. Em 1799, a Paraíba livra-se da subordinação a Pernambuco, mas fica com uma economia muito abalada e isso marca boa parte do Século XIX. A crise por qual passou a Paraíba neste século foi tanta que o próprio imperador D. Pedro II, ao visitar a província, sentiu-se incomodado com a pobreza a ponto de oferecer algumas pequenas ajudas financeiras, além de não ter sido recepcionado à altura:

Tanto é assim que, quando esteve na Paraíba, em 1859, onde também visitou Pilar e Mamanguape, o Imperador Pedro II passou a maior parte do tempo distribuindo donativos para as instalações públicas da capital, todas em deploráveis condições. Entre essas encontravam-se quartéis, cadeias, escolas, igrejas, pontes e cemitérios. Anteriormente, em 1851, faltava verba para custeio dos lampiões de azeite destinados à iluminação da cidade da Parahyba. (MELLO, 1995, p.119)

A partir da metade do Século XIX, todo o Norte do Brasil passará por uma grande crise econômica, afetando ainda mais a Paraíba que já estava abalada economicamente. Além das várias secas que destruíram boa parte da produção e população do Norte, a econômica açucareira não usufruía de novas tecnologias e isso tornou a produção ultrapassada frente à concorrência dos países europeus – que estavam no mercado com açúcar produzido a partir da beterraba – e de Cuba que tornara uma grande produtora de açúcar.

A utilização de aperfeiçoados processos mecânicos aumentou a produção e melhorou a qualidade do açúcar europeu [...]. Também foi acentuada a concorrência cubana. Pela sua localização mais próxima de alguns centros consumidores e pela adoção de modernos processos, que possibilitaram a obtenção do açúcar da cana mais qualificado e de custos mais baixos, Cuba obteve a preferência dos mercados. (GALIZZA, 1979, p.28).

Todas essas intempéries fizeram com que surgisse na província novos e altos impostos. Nesse período havia a figura do arrematante, que era um particular – não era necessariamente funcionário do Estado – que arrecadava os impostos e os entregavam ao Estado. Todavia, restava evidente o abuso por parte dos arrematantes que, estribado em sua posição aumentava a exploração, sobretudo dos homens livres e pobres. Foi o que aconteceu com o chamado “imposto de chão”. Este imposto explorava de tal forma a população que o próprio coronel Severiano da Fonseca – designado pelo governo imperial para acabar com o movimento – via-o como abusivo:

Os arrematantes de impostos levavam o abuso à altura do cinismo. Um pobre homem trazia, às vezes, para a feira, uma certa quantidade de farinha, logo que pousasse no chão o saco que trazia, pagava imediatamente uma certa quantia e se por qualquer circunstancia mudava de lugar tinha que pagar novamente; de modo que, muitas vezes, sem ter ainda vendido o que trazia, já tinha pago ao exigente arrematador grande parte do valor do que trazia pra vender. (Apud JOFFLY, 1977, p.56)

Outro fator a incomodar a população era a lei do recrutamento militar, que estabelecia, através de sorteio, a obrigatoriedade do indivíduo para servir as forças armadas. Era também conhecido como “imposto de sangue”, pois: “Uma vez que qualquer problema havido entre o proprietário de terra e o trabalhador rural, poderia ser resolvido pela indicação do nome do trabalhador para compor a armada, exercito ou polícia” (SÁ, 2005, p. 110). Começou a surgir por parte da população a idéia de que a lei de recrutamento militar existia para escravizar novamente os trabalhadores livres.

Como se não bastasse a população sofrer a pobreza causada por secas constantes e fortes e por crises econômicas, ter a força de trabalho apropriada pelos grandes proprietários de terra e ser explorada através de altos impostos, o governo imperial ainda mudou o sistema de pesos e medidas. A população, já sufocada por tanta pressão e também mal informada, ignorante

em meio às mudanças, não suportou e estourou um levante que se posicionou contra os novos impostos – como o de chão – e contra as novas leis, tanto a do recrutamento, quanto a das novas medidas.

Apesar de ter-se iniciado na pequena vila de Fagundes, próximo a Campina Grande, o movimento logo se espalhou por outras vilas e cidades, a ponto de atingir até outras províncias como Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. O movimento não tinha um líder. Havia sim grupos armados que invadiam cidades e vilarejos, quebrando os novos pesos e medidas, queimando arquivos, arrombando cadeias, libertando presos e enfrentando, algumas vezes, a polícia. Em cada ação dessas, surgia um líder eventual que logo depois voltava a sua posição inicial perante o grupo:

Bandos de homens armados com foice, cacete e bacamarte, sob o comando de chefes eventuais, cujo número apresentado pela documentação variava de 30 a 600, entravam em assaltos nas mais diferentes localidades (termos, comarcas, vilas e cidades), nos dias de feiras semanais. (SÁ, 2005, p. 114)

A princípio o movimento do Quebra-quilos era formado por trabalhadores livres pobres. Porém, com o tempo, os escravos acabaram aderindo ao movimento e, sempre que havia um novo levante, eles iam com o interesse de invadir os cartórios e destruir os registros que havia, numa tentativa de acabarem com qualquer documento que provasse que eram escravos, na esperança de tornarem-se livres. Vale ressaltar que em nenhum momento os revoltosos derramaram sangue, nem invadiram casas. Isso só começou a acontecer com a chegada de milícias repressoras.

Com o mesmo destino de vários movimentos sociais que logo foram reprimidos, Quebra-quilos não foi diferente. Pouco tempo depois de iniciado o movimento, a província da Paraíba pediu reforço ao governo imperial que nomeou o Coronel Severiano da Fonseca – irmão do mais tarde Marechal, Deodoro da Fonseca – para reprimir a nova sedição. Para alguns, não havia sequer a necessidade do então presidente da província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, convocar as forças imperiais. Na verdade, o movimento por si só já perdia força.

Já na Paraíba, as tropas do Coronel Severiano da Fonseca se uniu ao 18^o Batalhão de Infantaria comandado pelo Capitão Longuinho. Juntas agiram de forma punitiva em relação aos sediciosos, praticando as maiores atrocidades. Como o movimento não tinha um líder, foi difícil descobrir todos os envolvidos. Sendo assim, as tropas repressoras, muitas vezes, puniam inocentes, além de invadirem casas e, algumas vezes, violentarem pessoas. “A população do interior da província sofreu com a violência cometida pelas tropas de linha que faziam prisão em massa, muitas vezes envolvendo pessoas que nada tinham a ver com a sedição”. (SÁ, 2005, p.120). Algumas testemunhas chegaram a afirmar:

Horrores foram praticados, o asilo do cidadão era violado a qualquer hora, a honra da esposa, da donzela, da viúva e da mulher honesta, exposta ao assalto e à violência militar. As mães, as filhas, as irmãs, seguiram até a capital seus filhos, pais e protetores. Mas que podiam fazer, senão derramar lágrimas, porque a autoridade se mostrava indiferente a seus clamores? (Apud ALMEIDA, J., 1994, p.260).

Mas, sem sombra de dúvidas, a maior de todas as barbaridades foi a aplicação dos chamados coletes de couro. Tal prática, alguns afirmam, foi utilizada desde a Guerra do Paraguai. O capitão Longuinho foi, talvez, o inventor de tal barbaridade. Os coletes de couro ficavam submersos por um tempo na água, após algumas horas eram retirados e amarrados ao tórax do indivíduo. Com o tempo, esse couro secava e asfixiava a vítima, chegando, em alguns casos, a fazer sair sangue da boca. Muitos foram vítimas de tais coletes.

Todavia, diante de todos os motivos expostos que propiciaram o início do Quebra-quilos, existe uma teoria que defende a idéia de a sedição ter sido iniciada graças a outros motivos que não econômicos nem sociais. Alguns autores, como Horácio de Almeida, apresentam a questão religiosa como o real motivo para o início do movimento. Até porque rebeldes entraram em algumas cidades gritando “morte aos maçons!”. Além do mais, poucos meses antes da explosão da revolta, o governo do Império decretou a prisão de dois bispos, dentre eles o bispo D. Vital. Tal prisão revoltou parte do clero da região que passou a culpar a maçonaria por tudo que havia ocorrido. Para Horácio de Almeida, não havia dúvida que o fanatismo religioso tenha sido o fator fundamental que culminou no movimento Quebra-quilos:

Resta examinar a causa do fanatismo religioso, considerada o nervo da questão. Convém lembrar que a sedição do Quebra-Quilos aconteceu quando ia alta a luta entre igreja e Estado. Recorde-se que o vigário Calisto da Nóbrega e o padre mestre Ibiapina excitaram o povo contra o governo e contra a maçonaria. (ALMEIDA, H., 1979, p.168)

Na Paraíba, quem mais se destacou nessa luta anti-maçônica e em defesa de D. Vital, foi o vigário Calisto da Nóbrega que logo convidou o Padre Ibiapina – de grande prestígio na região – a participar de tal missão. Não se discute o embate que existia entre a Igreja Católica e a maçonaria, também não se pode desprezar a influência religiosa que o movimento sofreu. No entanto, não se deve colocá-la como fundamental no processo. Na verdade, alguns párocos tinham influência na vida da população e eram engajados em questões sociais – como é o caso do padre Ibiapina e o vigário Calisto. Porém, como afirma Geraldo Joffily sobre o padre Ibiapina: “sua doutrina era marcadamente pacifista” (JOFFILY, 1977, p.86), excluindo a possibilidade de o padre ter incitado a revolta. Ademais, pode-se encarar a cólera contra os maçons mais como uma forma de enfrentar os poderosos – tendo em vista que havia muitos maçons envolvidos no governo imperial e tinham muito poder – do que uma questão religiosa.

Apesar de alguns autores localizarem no fenômeno religioso a motivação de tal movimento, outros compreendem ser o caráter político o fundamento de Quebra-quilos. Esta afirmação talvez utilize como base de análise a grande disputa que havia entre os mais fortes partidos existentes na época.

Dois partidos se evidenciam no cenário político do império: o liberal e o conservador, este era o partido da situação. Quando estourou o movimento sedicioso do Quebra-quilos, imediatamente os jornais mais próximos dos conservadores acusaram os liberais pelo incitamento da população pobre e ignorante. No entanto, não só os jornais acusavam os liberais como também as próprias autoridades conservadoras, como é o caso do Coronel Severiano da Fonseca:

Um trabalho às claras e nas trevas. Tem o púlpito e o confessionário para minar a consciência dos povos; outro, sem à luz do dia, abusando na imprensa de sua inteligência e brilhante linguagem para levantar ódios, no seio de uma população dócil e pacífica; este é o político desgostoso, que quase nunca trepida em caluniar a bandeira de seu próprio partido. (Apud JOFFILY, 1977, p.87)

Não se pode desprezar por completo a participação do partido liberal no movimento. Afinal, ele era oposição e, talvez, fosse interessante um movimento que se colocasse contra o governo imperial que era formado em sua maioria por conservadores, fazendo sentido a acusação que foi feita destes contra os liberais. Mas na verdade, era muito fácil da parte dos poderosos afirmarem que a culpa do movimento sedicioso era exclusivamente o fanatismo religioso ou questões políticas, excluindo deste horizonte, suas responsabilidades por causas sociais: “ao colocar o problema na perspectiva da questão religiosa, o governo negava-se a assumir seu fracasso ao tentar diminuir a crise econômica da região que se rebelava” (SÁ, 2005, p.132).

Não há dúvida do caráter social do movimento Quebra-quilos. O cenário socioeconômico da região estava mais do que propício para tal. A pobreza da população era muito grande, o descaso dos poderosos, a crise econômica na principal atividade da região, o grande número de impostos cada vez mais altos, as novas leis que a população acreditava que as oprimiam. Enfim, tudo isso fez explodir tal movimento. O autor José Octávio, ao se perguntar contra quem se voltou o movimento Quebra-quilos, responde:

Instintivamente, contra o avanço do capitalismo, a serviço do qual se estruturava o Sistema Métrico Decimal. Centralização do Império e incapacidade de promover reformas. Carga fiscal que sobrevinha do rastro da exaustão das finanças públicas. “Vampiros” ou atravessadores que extraíam lucros do trabalho dos arrendatários da terra. (MELLO, 1995, p.123).

Portanto, o Quebra-quilos não foi um movimento exclusivamente político, nem religioso – como alguns chegam a afirmar – não havia um líder, muito menos tinha caráter ideológico. As

mudanças nas relações de trabalho não alteraram a estrutura social. Os grandes proprietários de terra continuaram explorando, só que agora os trabalhadores livres, não mais os escravos. As sucessivas secas arruinaram a produção e dizimaram quase toda população que se afundava cada vez mais na pobreza. As crises econômicas na província da Paraíba tornaram as condições sociais mais precárias, fazendo com que a população conhecesse a mais profunda pobreza. A religião e partidos políticos talvez tenham interferido na sedição, mas não foram fundamentais, pois o cenário social em que vivia a Paraíba – e outras províncias próximas – tornou a revolta quase que inevitável. Enfim, a população pobre e faminta do interior das províncias do Norte do Brasil não suportava mais as injustiças nas quais era submetida e viu na mudança do sistema de pesos e medidas e na criação e aumento de novos impostos o estopim de um movimento que foi como um grito de “Basta!” ao descaso existente por parte dos poderosos.

Referências

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 1994.

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. 2ª ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1979.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo: a revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus, 1977.

MEDEIROS, Maria do Céu; SÁ, Ariane Norma de Menezes. **O trabalho na Paraíba: das origens à transição para o trabalho livre**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 2ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.